

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA NEVES FILHO

**GESTÃO FINANCEIRA PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: análise da
aplicação das ferramentas de gestão e seus impactos**

GOIÂNIA

2022

GESTÃO FINANCEIRA PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: análise da
aplicação das ferramentas de gestão e seus impactos*

FINANCIAL MANAGEMENT FOR MICRO AND SMALL BUSINESSES: analysis of
the application of management tools and their impacts

João Batista de Oliveira Neves Filho**

Professor Frederico de Deus Calaça***

RESUMO: A pesquisa apresenta a importância das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para a economia do Brasil, evidencia os problemas enfrentados pelos empresários para manterem seus negócios abertos, esclarece também as possíveis causas relacionadas a gestão financeira. A partir dessa problemática, são demonstradas as principais ferramentas de gestão financeira, seus conceitos, funcionalidades e vantagens em suas utilizações, apresenta também as consequências da utilização incorreta. Para isso, foi utilizada uma pesquisa de natureza aplicada, sendo seus objetivos classificados como descritiva, seus procedimentos realizados de forma bibliográfica e sua abordagem por meio do método qualitativo. A pesquisa tem a proposta de esclarecer os pontos vitais para a sobrevivência das empresas e incentivar na busca contínua por conhecimentos e processos para aperfeiçoar as atividades administrativas e financeiras da empresa.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Financeira, Decisão, Controle.

ABSTRACT: The research presents the importance of Micro and Small Businesses for the economy of Brazil, highlights the problems faced by entrepreneurs to keep their businesses open, also clarifies the possible causes related to financial management. From this problem, the main financial management tools are demonstrated, their concepts, functionalities and advantages in their uses, it also presents the consequences of incorrect use. For this, an applied research was used, with its objectives classified as descriptive, its procedures performed in a bibliographic way and its approach through the qualitative method. The research aims to clarify the vital points for the survival of companies and encourage the continuous search for knowledge and processes to improve the company's administrative and financial activities.

KEY WORDS: Management Financial, Decision, Control.

* Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação do prof. Frederico de Deus Calaça.

** João Batista de Oliveira Neves Filho. Bacharelado em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Av. Universitária, 1440 – Setor Leste Universitário, Goiânia – GO, 74605-010. E-mail: joabatista.onf@gmail.com

*** Especialista. Docente da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Av. Universitária, 1440 - Setor Leste Universitário, Goiânia - GO, 74605-010. E-mail: fredcalaca@pucgoias.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

Segundo dados revelados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), as Micro e Pequenas Empresas possuem uma representatividade forte no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. São mais de 9 milhões de empresas desse porte, resultando em uma participação de cerca de 27% dos produtos e serviços produzidos no país. Ainda segundo o SEBRAE, esses números vêm crescendo ao longo dos anos, juntamente com o empreendedorismo, que vem se desenvolvendo, e isso é fundamental para a economia do país.

O governo vem tomando medidas desde 2006 para contribuir com o crescimento e desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, a mais importante foi a criação da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui as normas gerais referentes a definição e tratamento diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, estabelecendo diversos incentivos para as empresas que se enquadrarem nas definições previstas.

No entanto, ainda sobre estudos realizados pelo SEBRAE, no ano de 2013, uma pesquisa aponta dados preocupantes em relação a durabilidade dessas empresas, sendo que, cerca de 24% delas não se mantêm após dois anos de atividades. Esse número pode chegar até 50% no período de quatro anos.

Apesar das contribuições que a criação da Lei Complementar nº. 123 trouxe, como a redução de obrigações trabalhistas acessórias e a simplificação da apuração dos impostos, os empresários no Brasil enfrentam grandes dificuldades em abrir e manter seus negócios ativos, a burocracia e a alta carga tributária do país são fatores que contribuem para esse cenário, mas outro ponto muito importante a se destacar é a falta de conhecimento e preparo técnico para administrar corretamente os negócios.

Estudo de Formeti e Martins (2015), apontam que, apesar de a maioria das empresas utilizarem dos recursos básicos de controle e gestão financeira, tais processos são aplicados de maneira bastante simplista, sem critérios específicos, induzindo a erros de interpretação por parte dos empresários, e podendo resultar em perda de rentabilidade e impossibilidade de captação de recursos.

A gestão financeira é um aspecto importante para a manutenção e sobrevivência das empresas. Costa, Aquino e Demarchi (2015, p. 16), relatam que, a gestão financeira compreende uma área de estudo que aborda temas relacionados às finanças empresariais, e está diretamente ligada a movimentação de recursos, abrangendo também, outras áreas do

conhecimento como: Administração, Economia e Contabilidade, com intuito de ofertar à organização e desempenho favorável na utilização de seus recursos.

Desta forma, como a Gestão Financeira pode auxiliar as micro e pequenas empresas a se desenvolverem e se manterem ativas no mercado? Esta pesquisa objetiva apresentar e analisar as ferramentas de gestão financeira que podem ser utilizadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, os benefícios, como também, os prejuízos da não utilização ou da utilização incorreta desses processos financeiros.

Os estudos foram realizados por meio de pesquisa bibliográfica, abordando a importância e os benefícios obtidos na utilização das ferramentas de gestão financeira. Seguindo esses aspectos, a pesquisa foi realizada com a perspectiva de contribuir com os empresários e a sociedade em geral, reforçando temas importantes para a boa gestão de seus negócios, visto que o seguimento tem grande representatividade para a economia de nosso país.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nos tópicos a seguir, serão abordadas as qualificações necessárias para que uma empresa se enquadre como ME ou EPP. Também serão abordadas algumas das ferramentas indispensáveis para que os empresários destas empresas possam administrar o seu negócio da melhor maneira possível, bem como, avaliar as condições financeiras que auxiliarão os gestores nas tomadas de decisão.

2.1 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

A Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, institui as normas gerais referentes a definição e tratamento diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, estabelecendo diversos incentivos para as empresas que se enquadrarem nas definições previstas. Conforme mencionado por Oliveira (2015 p. 12), a Lei visa incentivar as MPEs, com diversos benefícios que foram implantados, bem como a redução de diversas obrigações tributárias, previdenciárias e administrativas.

A Lei disponibiliza também, a opção do enquadramento ao Simples Nacional para as ME e EPP, o sistema se trata de um recolhimento unificado dos tributos em âmbito Municipal, Estadual e Federal. As empresas que se enquadrarem nas especificações previstas,

poderão realizar o recolhimento do IRPJ, PIS/pasep, Cofins, CSLL, IPI, ISS, ICMS e a Previdência Social no documento de arrecadação unificado (DAS).

Ainda sobre o disposto na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, serão definidas como MPÉs, aquelas empresas que não ultrapassam o limite de faturamento bruto de R\$ 4.800.000,00. Dentro desse valor, são categorizadas duas faixas, as Microempresas que só poderão auferir no ano-calendário um faturamento de até R\$ 360.000,00 e as Empresas de Pequeno Porte que alcançam um faturamento entre R\$ 360.000,00 a R\$ 4.800.000,00.

2.2 GESTÃO FINANCEIRA

O SEBRAE (2022), aborda a gestão financeira como sendo um conjunto de processos administrativos com enfoque na estruturação, execução e análise das rotinas financeiras. A organização e execução desses procedimentos financeiros tem a finalidade de maximizar o lucro.

Segundo Junqueira (2022), a gestão financeira é uma rotina fundamental nas empresas, por meio dela é possível obter informações essenciais para o controle, acompanhamento e planejamento das atividades econômicas. Com essas informações os empresários poderão optar por investimentos e manter o controle de seus recebimentos e pagamentos.

Costa, Aquino e Demarchi (2015, p. 16), relatam que, a gestão financeira compreende uma área de estudo que aborda temas relacionados às finanças empresariais, e está diretamente ligada a movimentação de recursos, abrangendo também, outras áreas do conhecimento como: Administração, Economia e Contabilidade, com intuito de ofertar à organização e desempenho favorável na utilização de seus recursos.

Moraes e Oliveira (2011, p. 52), complementam dizendo que a gestão financeira pode ser dividida em dois seguimentos: gestão operacional e gestão estratégica. A palavra gestão no contexto empresarial representa a sistematização dos processos administrativos da empresa, influenciando diretamente nas tomadas de decisões e execução dos trabalhos desenvolvidos.

Ainda sobre Moraes e Oliveira (2011, p. 52), os controles das movimentações de recursos das entidades são realizados pela gestão operacional da empresa, neste caso, o departamento financeiro, que, geralmente é subdividido em funções específicas, tais como: cobrança, pagamento e recebimento de contas.

2.3 CONTROLES FINANCEIROS

O controle de finanças no âmbito empresarial, como mencionado por Costa, Aquino e Demarchi (2015, p. 16), é de suma importância para as organizações devido a notoriedade que o fator monetário possui para as mesmas. Além disso, influencia diretamente em outras questões como o desempenho e a lucratividade.

Os controles financeiros, citados por Teixeira (2012, p. 335-350), são responsáveis por proporcionar informações cruciais para gestão financeira, os registros das atividades financeiras possibilitam indicadores fundamentais para elaboração de relatórios e dados que contribuem para tomada de decisão.

São destacados por Teixeira (2012, p. 335), alguns controles básicos ligados ao registro das informações financeiras, sendo fundamentais os seguintes: registro diário de caixa, acompanhamento das contas bancárias, contas a pagar, contas a receber, vendas e estoque.

O SEBRAE (2016), também aborda os controles financeiros como ferramentas importantes na tomada de decisão para os empresários. A correta utilização dos mecanismos de gestão, podem proporcionar relatórios e informações relevantes para o capital de giro, possibilitando maior clareza na hora de planejar novos investimentos, produtos e melhorias.

O SEBRAE (2016), destaca alguns dos controles financeiros cruciais para sobrevivência e desenvolvimento da empresa como o registro diário de caixa, controle bancário, contas a pagar, contas a receber, controle de vendas, controle de estoques, capital de giro e a gestão de custos.

O Registro Diário de Caixa é responsável por registrar todas as movimentações de entrada e saída que ocorrem diariamente no caixa da empresa, incluindo também as disponibilidades de saldos. O controle dessa movimentação, permite ainda, conferir se os lançamentos ocorreram de forma correta, possibilitando também a descoberta de desvios de recursos.

Segundo o Friedrich (2005), as informações disponibilizadas pelo fluxo diário de caixa, podem ser analisadas de duas formas, sendo a primeira através de uma perspectiva histórica, utilizando dos dados já ocorridos anteriormente, e a outra forma é a projeção do fluxo de caixa, com a intenção de prever as possíveis movimentações da empresa.

As informações históricas do fluxo de caixa apresentadas por Friedrich (2005), colaboram para evidenciar as transações ocorridas em determinado período e com isso identificar falhas e promover correções nos processos. Além disso, os dados são de extrema

relevância para compor as demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício.

No caso da Projeção do Fluxo de Caixa mencionada por Friedrich (2005), o tratamento das informações tem um propósito diferente, enquanto o fluxo de caixa histórico apresenta e explica as transações ocorridas, a projeção de caixa busca prever as novas ocorrências, desta forma, se antecipar nas tomadas de decisão e melhor aplicação e distribuição dos recursos existentes.

O Controle Bancário segundo o SEBRAE (2016), registra diariamente todas as movimentações de créditos e débitos, como por exemplo os recebimentos de clientes via banco, os débitos relativos a tarifas bancárias, investimentos, contas de energia, água e outros. É possível também acompanhar o saldo bancário, proporcionando aos seus usuários saberem se os valores existentes são suficientes para honrar com seus compromissos.

Partindo desses conceitos, Silva (2012, p.98), complementa a importância desse controle, pois é a disponibilidade de saldo nessa conta que vai determinar a possibilidade de saques, investimentos financeiros e o pagamento dos fornecedores.

De acordo com o SEBRAE (2020), o Contas a Pagar consiste na realização do controle das obrigações que a empresa tem que honrar, estabelece prioridades em momentos de crise financeira e permite o planejamento antes de contrair novas dívidas. Geralmente, são registradas nessa conta, as obrigações com fornecedores, permitindo organizar as datas de pagamento.

Segundo o que diz Paula, Pedroso e Oliveira (2015), é de suma importância que a empresa esteja adimplente, porém, para que a empresa consiga manter as suas obrigações financeiras em ordem, é fundamental manter o controle diário do contas a pagar, dessa forma, a empresa terá controle dos vencimentos, evitando pagamento de encargos por atraso e possibilitará também planejar os gastos futuros.

O Contas a Receber, conforme explica o SEBRAE (2020), são os direitos que a empresa tem a receber, provenientes de negociações documentadas. Registram também as entradas e as deduções do contas a receber. Esse controle permite analisar os recebimentos que são realizados dentro do prazo e estabelecer critérios de créditos aos clientes mais pontuais.

Segundo o conceito do contas a receber, Silva (2012 p. 99), conceitua o direito de recebimento, sendo representado também pelas duplicatas a receber, emitidas pela empresa aos seus clientes para pagamentos a prazo, duplicatas em decorrência de acordos e cobranças bancárias simples e no caso de nova emissão por parte das instituições bancárias.

O Controle de Vendas, segundo o SEBRAE (2020), consiste em gerenciar e fiscalizar vendas realizadas pela empresa, permitindo assim, fazer projeções de vendas futuras e auxiliar na tomada de decisão dos gestores, inclusive de investimentos no setor, caso seja necessário. O controle de vendas permite também, alimentar a base de dados do contas a receber, proporcionando as formas de pagamento e seus respectivos prazos.

Conforme mencionado pelo SEBRAE (2021), O Controle de Estoques tem por objetivo disponibilizar informações importantes referentes aos seus diversos produtos e suas respectivas quantidades em loja, e os seus valores. É mencionado ainda a importância do registro correto, pois o controle ineficiente poderá ocasionar em “furos de estoque”.

Segundo Paula, Pedroso e Oliveira (2015), para as Micro e Pequenas Empresas, a função do controle de estoque está ligada a suprir as procuras por mercadorias e proporcionar um planejamento aos gestores, por tanto, devido a esses fatores, a empresa poderá se alinhar com os demais departamentos da empresa que estão diretamente conectados.

De acordo com Ballou (2006), o controle de estoque auxilia a empresa na gestão, classificação e identificação das mercadorias estocadas, contribui também nas tomadas de decisão por novas compras, sendo o seu gerenciamento desse estoque segue de acordo com as determinações da empresa.

Para Ribeiro (2013), as mercadorias são os itens que a empresa comercial adquire para promover as vendas que integram a atividade principal, a partir disso, são classificados dois tipos de registros das operações de mercadorias, o inventário permanente e o inventário periódico.

No método de inventário periódico, segundo Ribeiro (2013), ao contrário do inventário permanente que é realizado constantemente a cada movimentação realizada, o inventário periódico é realizado em períodos determinados, geralmente, ao final de cada ano. Nesse caso, a apuração da conta de estoques é apurada apenas no final do período estabelecido.

O inventário permanente, segundo Ribeiro (2013), é o método que consiste no controle em tempo real de todas as movimentações de entradas e saídas das mercadorias. Dessa forma, é possível a apuração da conta de estoques e a geração de relatórios atualizados a qualquer momento. Para adoção do inventário permanente pode-se destacar três métodos de avaliação: MPM (média ponderada móvel), PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai) e UEPS (último que entra, primeiro que sai).

Segundo a norma NBC TG 16 (R2) – ESTOQUES, o critério de avaliação MPM, consiste na média ponderada de todos os produtos idênticos que são produzidos ou adquiridos

em um mesmo intervalo. Podendo ser definida a partir de uma estrutura periódica ou definida de acordo com os recebimentos dos lotes dos produtos, conforme a situação da empresa.

Tabela 1 - Modelo demonstrativo do método MPM

HIST.	DATA	ENTRADA			SAÍDA			SALDO		
		QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
Inicial	01/jan	-	-	-	-	-	-	100	10,00	1.000,00
Comp.	02/jan	50	15,00	750,00	-	-	-	150	11,67	1.750,00
Venda	03/jan	-	-	-	40	11,67	466,67	110	11,67	1.283,33
Venda	10/jan	-	-	-	100	11,67	1.166,67	10	11,67	116,67
TOTAL		50		750,00	140		1.633,33	10		116,67

Fonte: o autor, 2022.

Na tabela 01, o valor de custo unitário é sempre recalculado a partir de cada compra efetuada. No exemplo acima, a empresa possui no dia 01 de janeiro um saldo inicial de R\$ 1.000,00, sendo 100 unidades no valor unitário de R\$ 10,00, no dia 02 de janeiro efetuou a compra de 50 unidades no valor unitário de R\$ 15,00 totalizando seu estoque em R\$ 1.750,00. No método apresentado, para se chegar no novo valor de custo, divide-se o valor total pela quantidade de mercadorias no estoque ($R\$ 1.750,00 / 150 \text{ und.} = R\$ 11,67 \text{ vl. unitário}$).

A norma estabelece também o critério de avaliação PEPS, no qual a utilização desse critério sugere que os primeiros itens adquiridos e produzidos sejam os primeiros a serem vendidos, dessa forma, os itens restantes sempre serão os últimos que entraram no estoque, sendo assim, os mais recentes.

Tabela 2 - Modelo demonstrativo do método PEPS

HIST.	DATA	ENTRADA			SAÍDA			SALDO		
		QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
Inicial	01/jan	-	-	-	-	-	-	100	10,00	1.000,00
Comp.	02/jan	50	15,00	750,00	-	-	-	150		1.750,00
Venda	03/jan	-	-	-	40	10,00	400,00	110		1.350,00
Venda	10/jan	-	-	-	60	10,00	600,00	50		750,00
Venda	10/jan	-	-	-	40	15,00	600,00	10		150,00
TOTAL		50		750,00	140		1.600,00	10		150,00

Fonte: o autor, 2022.

No exemplo da tabela 02, a empresa possuía no dia 01 de janeiro um saldo inicial de R\$ 1.000,00, sendo 100 unidades no valor unitário de R\$ 10,00, no dia 02 de janeiro efetuou a compra de 50 unidades no valor unitário de R\$ 15,00 totalizando seu estoque em R\$ 1.750,00

(100 und. a R\$ 10,00 e 50 und. a R\$ 15,00). No dia 03 de janeiro realizou a venda de 40 unidades, sendo assim, o custo será referente as primeiras unidades do estoque no valor de R\$ 10,00, passando a ter um estoque de R\$ 1.350,00 (60 und. a R\$ 10,00 e 50 und. a R\$ 15,00). No dia 10 de janeiro, a empresa realizou a venda de 100 und., dessa forma, serão abatidas as 60 und. restantes no valor de R\$ 10,00 e as outras 40 und. a R\$ 15,00, ficando com o saldo final de R\$ 150,00 (10 und. a R\$ 15,00).

Segundo Basso (2011 p. 176), o método UEPS (primeiro que entra, primeiro que sai) utiliza de critérios opostos ao método PEPS, nesse caso, as primeiras mercadorias vendidas são as últimas que entraram no estoque, ou seja, as mais recentes. Desta forma, os estoques ficaram sempre com as mercadorias mais antigas.

Tabela 3 - Modelo demonstrativo do método UEPS

HIST.	DAT A	ENTRADA			SAÍDA			SALDO		
		QTD .	VL. UNIT.	VL. TOTAL	QTD .	VL. UNIT.	VL. TOTAL	QTD .	VL. UNIT.	VL. TOTAL
Inicial	01/jan	-	-	-	-	-	-	100	10,00	1.000,00
Comp.	02/jan	50	15,00	750,00	-	-	-	150		1.750,00
Venda	03/jan	-	-	-	40	15,00	600,00	110		1.150,00
Venda	10/jan	-	-	-	10	15,00	150,00	100		1.000,00
Venda	10/jan	-	-	-	90	10,00	900,00	10		100,00
TOTAL		50		750,00	140		1.650,00	10		100,00

Fonte: o autor, 2022.

No exemplo da tabela 03, o UEPS é o inverso do PEPS, na venda das 40 unidades no dia 03 de janeiro, o custo será referente as últimas unidades do estoque no valor de R\$ 15,00, passando a ter um estoque de R\$ 1.150,00 (10 und. a R\$ 15,00 e 100 und. a R\$ 10,00). No dia 10 de janeiro, a empresa realizou a venda de 100 und., dessa forma, serão abatidas as 10 und. restantes no valor de R\$ 15,00 e as outras 90 und. a R\$ 10,00, ficando com o saldo final de R\$ 100,00 (10 und. a R\$ 10,00).

O Capital de Giro destacado pelo SEBRAE (2022), é o indicativo da capacidade de liquidez que a empresa possui perante seus fornecedores, esse recurso é formado pelo ativo circulante, como o dinheiro em caixa e banco, contas a receber, estoque e outros. A liquidez é o confronto desses recursos do ativo circulante com o passivo (obrigações da empresa), evidenciando a saúde financeira.

Para ROSS, Westerfield e Jaffe (2009, p. 42), a fórmula para se chegar no capital de giro líquido é o ativo circulante menos o passivo circulante, dessa forma, para que se obtenha um resultado favorável, é preciso que o ativo circulante seja superior ao passivo circulante.

Sendo assim, Braga (2009 p. 71 e 75), definem o ativo circulante composto pelas contas caixa, bancos, duplicatas a receber, estoques e demais bens e direitos provenientes de realizações de exercícios anteriores. Já o passivo circulante, é definido como as obrigações contraídas pela empresa, como por exemplo as contas a pagar de fornecedores, salários de funcionários, empréstimos de curto prazo, impostos e dentre outros.

O SEBRAE (2022), define a gestão de custos como mais uma das ferramentas fundamentais para o sucesso da empresa, ela desempenha um papel importante na formulação do preço de venda e serviços. Composta por custos fixos e variáveis, a gestão de custos evidencia os gastos realizados na atividade da empresa, como por exemplo, os custos com o produto, impostos e mão de obra.

Para Faria, Costa (2005 p. 237), os diferentes tipos de custeios estão diretamente definidos pela maneira que são distribuídos os custos aos produtos vendidos e a prestação de serviços. A utilização desses métodos tem a finalidade de contribuir nas tomadas de decisão e no planejamento dos resultados.

O custeio por absorção é um dos métodos que podem ser utilizados nas Micro e Pequenas Empresas, segundo Martins (2003), esse método de custeamento é realizado através de definições básicas da contabilidade que realizam a distribuição de todos os custos e gastos aos produtos produzidos. A aplicação dessa distribuição de custos, segundo Kaplan, Cooper (1998), requer a divisão entre as despesas e os custos, define também a absorção de todos os custos indiretos por meio de rateio.

Outro método é o ABC (Activity Based Costing), traduzindo para o português Custeio Baseado em Atividades. Segundo Wernke (2017), o custeio ABC busca identificar os gastos individuais de cada áreas da empresa. Com essa identificação será possível determinar a quantidade de recurso desempenhado na produção de cada produto, dessa forma, os custos serão atribuídos a cada produto por meio de rateios individualizados por departamento.

Segundo Wernke (2017), são destacadas algumas diferenças entre o custeio por absorção e o ABC. No custeio por absorção, os gastos são reunidos por setores e centros de custos e depois distribuídos pela produção. Já no ABC, os custos são absorvidos pelos produtos de maneira proporcional aos gastos desempenhados na produção de cada produto.

Além dos métodos de custeio apresentados acima, é importante destacar o custeio variável, segundo Vieira (2013), a utilização desse método está restrita apenas para fins

gerencias, no entanto, fornece informações importantes para tomada de decisão da empresa. A utilização do custeio variável ou também conhecido como custeio direto, aloca às mercadorias apenas os custos que sofrem variação de acordo com a quantidade produzida.

Segundo Teodoro e Pozo (2012), a utilização dos métodos de custeio apresentados trará diversas vantagens para empresa, e para se alcançar esse objetivo, os empresários poderão buscar diversas maneiras para conseguirem realizar uma boa gestão de custos, seja por meio de instrumentos de análises, tecnologias apropriadas e demais formas de custeio.

Além da importância do controle de custos, Vieira (2013 p. 82), destaca que, a formação do preço de venda dos produtos de uma empresa deve ser realizada rigorosamente pelos administradores de alto nível, o conhecimento dessas informações é essencial para que a empresa consiga alcançar os resultados planejados.

Para se chegar ao preço de venda de um produto, segundo Vieira (2013 p. 82), os empresários devem levar em consideração as despesas decorrentes da atividade operacional, e todos os demais gastos. Dessa forma, não é aceitável na maioria dos casos, que a empresa comercialize os seus produtos com um valor abaixo de seus custos, com isso, o Mark-up é uma das maneiras para se obter o preço de venda dos produtos.

A definição de Mark-up, de acordo com Oliveira et al. (2017 p. 13), é uma das ferramentas para se precificar um produto. A sua utilização é baseada no aumento dos custos dos produtos por meio de um valor percentual derivado das despesas variáveis e fixas, dos impostos e lucros auferidos.

Segundo Monteiro, Silva, Silva (2015), o Mark-up pode ser utilizado para descobrir o custo do produto a partir do seu preço de venda, com essa decomposição, é possível obter os demais valores que compõe o valor final. A partir desse momento, o empresário terá informações relevantes para auxiliar nas tomadas de decisão, na mudança de preços e geração de descontos sem perder sua lucratividade.

O cálculo do preço de venda é feito da seguinte forma:

$$\text{Preço de Venda} = \frac{\text{Custo Direto Variável}}{\text{Mark-up}}$$

O mark-up divisor é calculado da seguinte forma:

$$\text{Mark-up} = 100\% - (\% \text{ despesas variáveis} + \% \text{ despesas fixas} + \% \text{ lucro líquido})$$

$$(\% \text{ despesas fixas} + \% \text{ lucro líquido}) = \text{Margem de Contribuição}$$

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Quanto a natureza, foi realizada uma pesquisa aplicada, buscando literaturas e publicações existentes sobre o assunto para compreender, justificar e contribuir com as dificuldades enfrentadas pelos empresários. Para Barros e Lehfeld (2000 p. 78), o desenvolvimento da pesquisa aplicada tem a finalidade de gerar conhecimentos para utilização dos resultados, visando a solução de dificuldades encontradas na sociedade.

Já quanto aos objetivos, esta pesquisa classificou-se como descritiva, buscando apresentar e analisar os métodos de gestão que podem ser utilizados pelos empresários de Micro e Pequenas Empresas. Segundo Vergara (2000, p. 47), a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza.

Quanto aos procedimentos, essa pesquisa classificou-se como bibliográfica, buscando os conhecimentos publicados para justificar as dificuldades e apresentar as possíveis falhas que podem estar ocorrendo na gestão administrativa e financeira dessas empresas. Para Fonseca (2002, p. 32), a realização de uma pesquisa bibliográfica se baseia na busca das informações através de livros, referências teóricas, publicações científicas, revistas, artigos e entre outros.

Em relação a abordagem, a pesquisa foi desenvolvida por meio do método qualitativo, buscando entender as dificuldades enfrentadas na gestão e sobrevivência das ME e EPP. A pesquisa buscou também, apresentar de forma simplista, os meios para contornar essas situações, dispondo de algumas das principais ferramentas financeiras. Segundo Pope & Mays (1995, p. 42 apud NEVES, 1996), a pesquisa qualitativa proporciona meios racionais e simples para contribuir com o entendimento dos fatos ocorridos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O acesso a informações, segundo Oliveira (2015, p. 18), está mais facilitado, ocasionando inúmeras possibilidades para gerir o seu negócio, no entanto, não adianta ter acesso a esses dados e não os utilizar. Os empresários devem buscar por mudanças e transformações, buscar conhecimentos atualizados e aplicá-los em seus produtos, serviços, nas relações e na empresa como um todo.

Seguindo esse conceito, Oliveira (2015, p. 19), enfatiza que, durante a gestão de seu negócio, o empresário deve levantar questionamentos constantes sobre a política de gestão e

os impactos positivos que sua empresa poderá causar. Deve-se observar e definir também, a maneira que se espera transformar as pessoas através de seus produtos e serviços.

As ferramentas de gestão são fundamentais para a saúde financeira das empresas, a partir delas que são gerados os dados e relatórios para as análises de resultados e tomadas de decisões. A empresa deve ter conhecimento e controle de seus recursos e patrimônios, pois a partir deles que o empresário poderá gerar receita para sua empresa.

As tomadas de decisões podem ter forte influência no resultado das empresas, e está claro que a gestão financeira e suas ferramentas são essenciais para contribuir nessas decisões. Por tanto, os empresários devem acompanhar de perto a situação financeira da empresa, utilizar as ferramentas para o auxílio nas tomadas de decisão, manter o controle dos recursos e aplicá-los de maneira correta são pontos fundamentais para que a empresa consiga alcançar seus objetivos.

O empresário deve estar atento aos benefícios concedidos pelo governo, uma vez que sua empresa esteja dentro dos parâmetros impostos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a empresa se beneficiara das condições estabelecidas para Micro e Pequenas Empresas. A simplificação dos tributos por meio do regime de tributação do Simples Nacional é um dos diversos benefícios que o empresário possui.

Para que essas situações sejam observadas, deve-se ter um mínimo de controle e gestão dentro da empresa, o SEBRAE é uma fonte rica em conhecimentos para auxiliar os administradores a aperfeiçoarem a forma de gerir o seu negócio. A gestão operacional e financeira são rotinas que devem ser aplicadas diariamente, pois, o controle ineficiente pode ocasionar em diversos problemas para a empresa, inclusive nas tomadas de decisões equivocadas.

São diversas as ferramentas de gestão financeira que podem ser utilizadas pelos empresários, o SEBRAE nos esclarece suas funcionalidades e benefícios em sua utilização. O controle de caixa, sem dúvidas, é uma das principais ferramentas que devem ser aplicadas na gestão. Essa ferramenta é um sistema que permite o gestor a ter conhecimento da movimentação diária das entradas e saídas de recursos, e quando bem utilizada, dificulta as atividades de fraudes e desvios de dinheiro, evitando também furos de caixa.

Em conjunto com o caixa, a empresa também possui a sua conta bancária, nela também são registrados os recebimentos de clientes, os pagamentos a fornecedores, as tarifas bancárias, pagamentos diversos como impostos, despesas de água, energia, telefone e demais movimentações. O controle da conta banco é fundamental para o planejamento financeira da empresa, ter o controle do saldo permite a viabilidade de novos investimentos e se programar

para assumir novos compromissos, além de proporcionar um bom relacionamento com a instituição bancária facilitando as aquisições de financiamentos e empréstimos.

As contas caixa e banco devem ser monitoradas rigorosamente, pois são essas as responsáveis por registrar todas as movimentações de recursos da empresa, o controle ineficiente poderá ocasionar em diversos problemas para a saúde financeira da empresa e afetar outros controles internos da empresa, como as contas a pagar e a receber que veremos a seguir.

O controle do contas a pagar é fundamental, pois nele estão registrados todos os fornecedores e compromissos que a empresa deve honrar, seus respectivos vencimentos e valores. Sem o devido controle, a empresa está sujeita ao pagamento em atraso, gerando multas, juros e em casos mais graves o protesto dos títulos. Por esse motivo o controle das contas banco e caixa são fundamentais, pois a empresa necessita de saldos para cumprir com os pagamentos nas determinadas datas.

Além de controlar os pagamentos, a empresa também deve manter seu controle nos recebimentos de clientes, pois são eles a fonte de recursos da empresa para honrar seus compromissos. As contas a receber registra os direitos que a empresa tem a receber e permite programar as prováveis datas de recebimento de recursos, permite também acompanhar se os recebimentos estão ocorrendo conforme o acordado, evidenciando os possíveis inadimplentes para providenciar as devidas cobranças.

Para alimentar as informações do contas a receber, o controle de vendas é essencial, é ele o responsável por registrar todas as vendas e fornecer as formas de pagamento. O controle vai permitir a empresa se programar para vendas futuras e auxiliar na fiscalização dos recursos. Além do controle de contas a receber, o controle de vendas também trabalha em conjunto com o controle de estoques.

Todas as compras e vendas realizadas pela empresa devem ser contabilizadas no controle de estoque, uma empresa que não possui um correto controle de estoque estará sujeita a furos de estoque e o desabastecimento inesperado. O controle adequado vai possibilitar o conhecimento de todos os produtos, quantidades e preços de custo e venda, dessa forma, a empresa terá claras condições de suprir as necessidades de seus clientes de acordo com as demandas.

Para o registro dessas mercadorias, o método mais indicado é o inventário permanente, pois nele, todos os registros de entrada e saída são realizados no momento que ocorrem as transações, dessa forma, a empresa vai conseguir retirar os relatórios de composição de estoque a qualquer momento, já no inventário periódico, como o próprio nome diz, os

registros são realizados em determinados períodos de acordo com as políticas internas da empresa, geralmente, são realizados ao final de cada ano, a desvantagem desse controle é não ter os quantitativos em tempo real, dificultando nas tomadas de decisão.

Além das periodicidades de registro das mercadorias, os empresários devem estar atentos aos critérios de avaliação de suas mercadorias e o que melhor atende sua empresa, tendo como opção de escolha o MPM e PEPS, sendo o primeiro deles o mais usual, pois sua utilização proporciona um resultado entre o UEPS e o PEPS, o UEPS por sua vez, só é aceito para fins gerenciais, pois seus resultados apresentam um valor inferior aos demais, consequentemente interferindo no cálculo dos impostos.

A partir desses controles é importante manter a verificação do capital de giro da empresa, quando o índice desse cálculo é positivo, significa que a empresa possui capital suficiente para honrar seus compromissos, dessa forma, o empresário sempre poderá acompanhar o desempenho financeira da empresa. A não realização dessa conferência poderá colocar a empresa em difíceis condições.

O empresário enfrenta grandes desafios para gerir o seu negócio, são diversas as ferramentas para auxiliar nas tomadas de decisão. Com a competitividade do mercado, os responsáveis pela empresa devem buscar nas ferramentas financeiras, meios de se sobressaírem da concorrência, por esse motivo, a precificação de seus produtos é algo fundamental para o destaque no mercado.

O método de custeio por absorção e o ABC são algumas das ferramentas disponíveis para auxiliar as empresas do setor industrial e de prestação de serviços a chegarem no valor ideal para os seus produtos e serviços, o custeio por absorção é o mais usado pelas empresas, pois seus métodos são mais simples, realizando a distribuição de todos os custos e gastos para se chegar no preço de venda.

Já o ABC é um pouco mais complexo, exige a separação dos custos por atividade. Qualquer que seja o método utilizado, é fundamental a empresa saber precificar o seu produto, evitando assim, as vendas por valor abaixo do custo, afetando diretamente no resultado.

Para conseguir encontrar o preço do produto que mais se adequa a realidade de mercado e aos interesses da empresa, a utilização do Mark-up é imprescindível, por meio desses cálculos, a empresa vai conseguir jogar sua margem de lucro e suas despesas em cima do valor de custos das mercadorias, proporcionando os resultados esperados. A não utilização deixa o empresário sem condições de avaliar sua margem de lucratividade e o grande risco de vendas não rentáveis.

5 CONCLUSÃO

As Micro e Pequenas Empresas tem uma representatividade muito forte na economia brasileira, são elas as grandes geradoras de empregos que contribuem significativamente para o desenvolvimento do país. Para manter essas empresas ativas e lucrativas pelo máximo de tempo possível, é importante que os empresários tenham conhecimento das ferramentas financeiras para auxiliar na gestão.

Por esse motivo, a pesquisa objetivou apresentar as principais ferramentas de gestão financeira disponíveis para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, analisar e destacar a importância de sua correta utilização e as consequências que podem ocorrer pela não utilização.

As ferramentas de gestão financeira demonstram a sua grande importância para a sobrevivência e competitividade no mercado tão acirrado, cada ferramenta possui sua finalidade específica e contribui para auxiliar o empresário nas tomadas de decisão. Nota-se que todos os tipos de controles apresentados estão interligados, dessa forma, torna-se extremamente necessário a correta execução de todos os processos.

O acesso as informações está cada vez maior, possibilitando aos empresários a busca pelo aperfeiçoamento de seus processos gerenciais, a aplicação desses recursos é fundamental para que os negócios sobrevivam e consigam alcançar as metas esperadas pelos seus administradores. A falta desses conhecimentos pode levar o empresário a tomar decisões equivocadas, prejudicando a empresa e até mesmo levando a falência.

Os empresários enfrentam uma certa dificuldade e aversão em promover mudanças na sua estrutura arcaica de administrar a empresa, muitos ainda não possuem sistemas informatizados e se recusam a utilizar as tecnologias a seu favor, prejudicando gravemente a empresa. A busca por conhecimento e novas táticas devem ser encorajadas.

O momento pandêmico ainda existente inviabilizou a possibilidade de visitas presenciais para colher informações diretamente com os empresários, com isso, foi optado a busca por conteúdos bibliográficos, outro obstáculo encontrado foi a falta de artigos e publicações mais recentes acerca da preocupação em relação ao gerenciamento financeiro por parte dos empresários de Micro e Pequenas Empresas.

Desta forma, as pesquisas relacionadas a esse assunto devem continuar e fortalecer a importância dessas empresas para o nosso país, buscando trazer os conhecimentos de forma simples para o fácil entendimento de todos os interessados na busca de uma melhor gestão para sua empresa e para os que pretendem empreender.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, R. H. **Demonstrações Contábeis – Estrutura, Análise e Interpretação**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em 15 nov. 2021.
- BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos: Planejamento organização e logística empresarial**. Tradução Elias Pereira. ed. 5. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de Metodologia: **Um Guia para a Iniciação Científica**. 2 Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- BASSO, P. I. **Contabilidade Geral Básica**. 4ª ed. revista Ijuí: Unijuí, 2011.
- COSTA, É. S.; AQUINO, L. M. A. P.; DEMARCHI, L. **Gestão Financeira**. p. 16, Cuiabá, 2015.
- FARIA, A. C.; COSTA, M. F. G. **Gestão de custos logísticos**. São Paulo: Atlas, 2005.
- FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- FRIEDRICH, J. **Fluxo de Caixa – Sua Importância e Aplicação nas Empresas**. Revista Eletrônica de Contabilidade. Curso de Ciências Contábeis UFSM, vol. 2, nº 2, Jun-Nov. 2005.
- JUNQUEIRA, G. Gestão Financeira no varejo: como tornar eficiente?. **Infovarejo**. (2022). Disponível em: <<https://www.infovarejo.com.br/gestao-financeira-no-varejo>>. Acesso em: 18 mai. 2022.
- KAPLAN, S. R.; COOPER, R. **Custo & desempenho: administre seus custos para ser mais competitivo**. Trad. O. P. Traduções. São Paulo: Futura, 1998.
- MARTINS, E. **Contabilidade de custos** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MONTEIRO, M. F. M.; SILVA, N. T.; SILVA, A. L. G. **Análise do Método de Custeio ABC e Formação de Preços por Mark-up: um Estudo de Caso numa Empresa de Varejo de Madeiras**. XXXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção Perspectivas Globais para a Engenharia de Produção Fortaleza, out. 2015.
- MORAIS, R. C.; OLIVEIRA, W. A importância da gestão financeira nas empresas. **UNAR**, Araras, v.5, n. 1.

OLIVEIRA, M. S.; BATISTA, A. C.; LIMA, M. J. A; FERNANDES, R. G. Formação de preço: estudo das técnicas de formação de preço para o pequeno empreendedor. In: 44 CONGRESSO NACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 23, 2005, São Paulo. Anais do XVII CONIC. São Paulo: SEMESP, 2017. 1 CD.

OLIVEIRA, A. J. **Gestão financeira aplicada a micro e pequenas empresas**. 1. ed. Belo Horizonte, 2015. 18-19 p. 52.

PAULA, D. V.; PEDROSO, M. E. S.; OLIVEIRA, V. V. M. **Planejamento e controle financeiro: dificuldades encontradas nas micro e pequenas empresas do setor farmacêutico, de São Sebastião do Paraíso-MG**. Revista de Iniciação Científica da Libertas. São Sebastião do Paraíso, vol. 5, nº 2, dez. 2015.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade Intermediária**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ROSS, A. S.; WESTERFIELD, W. R.; JAFFE, F. J. Administração Financeira – Corporate Finance. São Paulo: Atlas 2009.

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Goiás. **Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil**. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD>>. Acesso em: 18 mai. 2022.

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Goiás. **Entenda as diferenças entre contas a receber e a pagar**. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/entenda-as-diferencas-entre-contas-a-receber-e-a-pagar,0f911219dcf2f510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 18 mai. 2022.

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Goiás. **Controle de vendas, como fazer?**. Disponível em: <<https://respostas.sebrae.com.br/controle-de-vendas-como-fazer/>>. Acesso em: 18 mai. 2022.

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Goiás. **Controles financeiros são essenciais para a gestão do capital de giro**. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/controles-financeiros-sao-essenciais-para-a-gestao-do-capital-de-giro,df395415e6433410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 18 mai. 2022.

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Goiás. **Como fazer a gestão financeira do pequeno negócio**. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/como-fazer-a-gestao-financeira-do-pequeno-negocio,d999a442d2e5a410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 18 mai. 2022.

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Goiás. **Como realizar o controle de estoque das suas mercadorias**. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/artigosOrganizacao/como-realizar-o-controle-de-estoque-das-suas->

mercadorias,8e80438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 18 mai. 2022.

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Goiás. **Capital de giro: aprenda o que é e como fazer.** Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/artigosFinancas/o-que-e-e-como-funciona-o-capital-de-giro,a4c8e8da69133410VgnVCM1000003b74010aRCRD#:~:text=O%20capital%20de%20giro%20%C3%A9%20a%20diferen%C3%A7a%20entre%20os%20recursos,despesas%20e%20contas%20a%20pagar.&text=Tudo%20come%C3%A7a%20com%20um%20bom,as%20pos%C3%ADveis%20entradas%20de%20dinheiro>>. Acesso em: 18 mai. 2022.

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Goiás. **Gestão de custos: como ter um bom controle financeiro.** Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/gestao-de-custos-como-ter-um-bom-controle-financeiro,890c9733dedbc410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 18 mai. 2022.

SILVA, J. P. **Análise Financeira das Empresas.** 11ª Ed. São Paulo: Atlas 2012.

TEIXEIRA, K. Controles Financeiros em Micro, Pequenas e Médias Empresas. In: NETO, J. P. B. e SOUZA, G. Manual do Empreendedor de Micro e Pequenas Empresas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2012. p. 335-350.

TEODORO, R. A. F.; POZO, H. Gestão de custos em logística: uma proposta para apropriar custos de transporte para as micro e pequenas empresas. Revista de Tecnologia Aplicada, Campo Limpo Paulista, v. 1, n. 1, p. 3-11, 2012.

VIEIRA, E. P. **Custos e Formação de Preço de Venda.** 2 ed., Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 2013.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VIEIRA, E. P. **Custos e Formação de Preço de Venda.** 2 ed., Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 2013.

WERNKE, R. **Análise de Custos e Preços de Venda: Ênfase em Aplicações e Casos Nacionais.** ed. 1, Saraiva, out. 2017.